

## ESTÁGIO SUPERVISIONADO NUMA ESCOLA ITINERANTE DO ESTADO DE ALAGOAS: UM MODELO DE ENSINO AINDA “DESCONHECIDO”<sup>1</sup>

*Não vou sair do campo  
Pra poder ir pra escola  
Educação do campo  
É direito e não esmola  
O povo camponês  
O homem e a mulher  
O negro quilombola  
Com seu canto de afoxé  
Ticuna, Caeté  
Castanheiros, seringueiros  
Pescadores e posseiros  
Nesta luta estão de pé [...].  
(Trecho da música de Gilvan Santos).*

**RESUMO:** O objetivo desta pesquisa é descrever e analisar as estruturas de funcionamento de uma escola itinerante do estado de Alagoas, suas carências e táticas de sobrevivência dentro da educação estadual. Também, tem o intuito de mostrar e relatar um quadro educacional diferenciado da educação formal em áreas de muita simplicidade e precariedade. É importante ressaltar que esta pesquisa foi desenvolvida na disciplina Estágio Supervisionado em Filosofia 1, na UFAL, que objetiva, entre outras coisas, valorizar a experiência docente do graduando, ampliando seu olhar sobre o processo de ensino-aprendizagem de forma reflexiva. Dessa forma, pretendemos relatar a experiência de uma professora (a autora principal deste artigo) em uma escola itinerante no referido estado. Veremos que o estado alagoano adotou o modelo de escola itinerante desde 2007, porém não fez os investimentos devidos para que pudesse dar frutos, o que tem originado condições por demais precárias de sobrevivência dessa escola na atualidade.

**Palavras-chave:** Escola Itinerante. Educação em Alagoas. Relato de experiência.

---

<sup>1</sup> Artigo construído na disciplina Estágio Supervisionado em Filosofia 1/UFAL, durante o semestre 2013.1, como requisito parcial de avaliação. Tal artigo objetivou a reflexão sobre a teoria e a prática da docência, buscando valorizar a experiência vivenciada pela aluna/estagiária no seu local de trabalho.

## INTRODUÇÃO

Este relato de experiência é resultado do trabalho de campo desenvolvido na disciplina Estágio Supervisionado em Filosofia 1 da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, que busca proporcionar aos alunos/estagiários o contato direto com uma escola, buscando coletar dados, conhecer e pesquisar a realidade do contexto educacional, bem como dos sujeitos educacionais (MELO, 2013).

Entretanto, neste relato específico, a disciplina proporcionou à estagiária (primeira autora desse artigo) uma reflexão sobre a sua experiência como docente (PIMENTA; LIMA, 2011) em uma escola itinerante no estado de Alagoas, que funciona com uma turma multisseriada.

Assim, no presente artigo, abordaremos alguns fatores históricos desse tipo de escola e como se dá o ensino nesse contexto educacional. Também, trataremos da legislação que legitima esse modo educacional e suas condições de atuação hoje, sem a pretensão de aprofundar tal assunto devido à natureza deste texto: ser um relato de experiência.

É importante ressaltar que, por ser uma escola que trabalha diretamente com assentados, ela tem um calendário específico adaptado à realidade do campo e do contexto social, político, econômico e cultural de seu grupo social.

## ESCOLA ITINERANTE EM ALAGOAS: DO SURGIMENTO AOS DIAS ATUAIS

No que se refere à educação itinerante, o estado do Paraná foi o pioneiro em desenvolver a modalidade de ensino em questão em 2003. Segundo a Secretaria da Educação do Paraná, a escola itinerante é vista como:

[...] uma escola Pública e foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação sob o Parecer N°1012/03 em 08 de dezembro de [...] 2003, uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (*site* do Governo do Paraná. Disponível em: <<<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=565>>>).

Esse acontecimento foi de grande relevância, pois abriu o caminho e incentivou os demais movimentos sociais a lutarem para que os outros estados se responsabilizassem e participassem da implantação dessa modalidade de escola que é garantida por lei.

Segundo os dados da jornalista Helciane Angélica (2009), no blog da Comissão Pastoral da Terra (escrito em 04 de Maio de 2009), o Conselho Estadual de Educação de Alagoas (CEE/AL) aprovou, através do Parecer nº 142/2005, o referencial para a construção do Projeto em Alagoas. Assim, o Programa Nacional da Escola Itinerante foi iniciado em Alagoas no ano de 2006, sendo o quarto estado da federação brasileira a implantar esse programa.

Esse Parecer visou atender às reivindicações das organizações que lutam por reforma agrária, que são reconhecidas no país, como: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e o Movimento Trabalho e Liberdade (MTL). Essas organizações lutam por uma educação escolar adequada à realidade que vivem, buscando respeito e objetivando que os conteúdos escolares trabalhados em sala de aula sejam significativos e sejam relacionados com o conhecimento da população que vive nos acampamentos, ou seja, façam a relação entre a teoria existente e o conhecimento de mundo desses sujeitos educacionais, de acordo com a necessidade de cada comunidade.

De acordo com as discussões realizadas pelas organizações em fóruns, assembleias e reuniões, os conteúdos das aulas devem ser adaptados ao cotidiano do campo, remetendo às reais necessidades dos alunos, nas diferentes áreas de ensino, como português, matemática, artes, geografia, história, temas transversais, questão ambiental e recreação.

Por sua vez, as salas de aulas devem receber os alunos em suas diversas idades e atender tanto ao Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano), quanto ao público de jovens e adultos, através da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

As escolas itinerantes é um projeto que se constitui como uma forma de atender às reivindicações dos movimentos e pastorais sociais do campo. Eles lutam pelo cumprimento da lei e para assegurar os direitos dos trabalhadores do campo.

Segundo a LDB (9394/96), no que se refere à educação básica do campo, especificamente no artigo 2º, devem ser feitas as devidas adaptações nessa modalidade de ensino em vista de sua especificidade, pois representa uma concepção político-pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com as condições da existência social (relação com a terra, o meio ambiente, os diversos saberes, a memória coletiva, os movimentos sociais). No artigo 28º dessa lei, é dito que:

[...] na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e da região, especialmente: I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – Organização escolar própria, incluindo adequações do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequações à natureza do trabalho na Zona Rural (LDB Nº 9394/96).

É por esse motivo, ou seja, pela força da lei, que a escola itinerante é uma escola que deve ser considerada dentro das normalidades legais do nosso país.

Entretanto, nem todo direito legal é um direito de fato no nosso estado. Assim, devido ao fato de não possuir residência fixa, as famílias acampadas encontram dificuldades no quesito respeito aos direitos sociais, inclusive em relação às matrículas das crianças e adultos nas escolas. A maioria dos acampados, quando recebem ordem de despejo, tem dificuldade de se manter na escola, prejudicando o acesso à educação: um direito das pessoas em questão enquanto cidadãos brasileiros.

Dessa forma, a escola itinerante se diferencia das demais escolas que temos no país, de uma forma geral, por acompanhar as mudanças dos locais de acampamento das famílias que aguardam serem assentadas. Em outras palavras, a escola tende a se deslocar aonde o povo for, até que as famílias se tornem fixas e, então, os respectivos municípios passem a assumir a responsabilidade educacional que era (é) estadual, de acordo com os convênios com as pastorais ou movimentos sociais.

Um bom exemplo é o antigo Acampamento Limão, região rural do município de União dos Palmares, que iniciou uma escola itinerante para os seus moradores em 2008. A partir de 2011, ao se tornar Assentamento Santa Maria Madalena, esse município assumiu a escola que deixou de ser itinerante (não fixa e com probabilidade de sair junto com o povo) e passou a ser escola municipal (escola fixa).

Cada acampamento é monitorado por uma escola estadual da região, chamada de Escola Base ou Escola Polo, que é indicada por sua respectiva Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e pelo(a) coordenador(a) da escola itinerante. Mas, na maioria das vezes, é a coordenação da escola itinerante que procura a escola base, fazendo os primeiros contatos, que são primordiais para um bom trabalho conjunto.

Assim, bimestralmente, são enviados relatórios sobre os trabalhos desenvolvidos às coordenadorias regionais e à Comissão do Projeto de Educação Rural da SEE (PROER). Esses trabalhos são realizados pelos educadores, conjuntamente com a sua coordenação pedagógica, que deve acompanhar as escolas itinerantes e seus movimentos ou pastorais sociais agrárias.

Sabemos que grande parte da população que precisa desses serviços é da classe baixa, a qual já foi excluída pela sociedade e sofre pela má divisão social de classes, dos bens de consumo e culturais. Nessa perspectiva, a escola itinerante tem a missão de atender e acompanhar esse grupo social.

Segundo Golbery Lessa (2011), a luta pela terra é algo antigo em Alagoas. Ele afirma que:

A luta pela terra e pela distribuição de renda no meio rural esteve sempre presente na história do povo alagoano. Basta lembrar a epopeia do Quilombo dos Palmares, a heroica luta dos cabanos (1832-50) e a fantástica resistência dos povos indígenas ao esbulho de suas terras e do seu modo de vida. Contudo, a particular configuração da formação social alagoana tem sido, historicamente, uma verdadeira muralha contra o êxito político e econômico das lutas populares pela democratização da estrutura fundiária e do modelo agropecuário (LESSA, 2011, p. 2).

A verdade das palavras de Golbery Lessa pode ser exemplificada no fato de as escolas itinerantes quase deixarem de existir em Alagoas nos anos de 2011 e 2012, sendo praticamente esquecidas pelo poder público estadual, principalmente na área da educação, que não mais insistiu nas formações continuadas dos professores atuantes desse projeto. Esse é outro fato que comprova que as escolas itinerantes são diferenciadas, pois não possuem o mesmo tratamento das escolas “normais”. Parece que a mentalidade é que, por serem povos simples, não precisam de educação voltada para a sua realidade.

Outro fato que merece destaque é que durante o ano de 2013 não houve uma só capacitação para os professores itinerantes realizada pelo estado. Os únicos encontros que têm ocorrido são para o discurso e promessas do FEPEC (Fórum Estadual Permanente de Educação no Campo). Porém, esses encontros se resumem em discursos sobre as leis educacionais voltadas para o campo e não atendem ao quesito capacitação/formação de professores.

O destaque para a formação integral dos assentados é reforçado pelo fato da formação política ser um componente da vida no campo dos sujeitos envolvidos na luta pela terra (ALANO, 2008; RAMOS, 2008; VIANA, 2003).

A formação política aparece associada a outras categorias como transformação social, educação libertadora, participação popular e políticas sociais... (CÊA; SILVA; SILVA, 2011, p. 4).

Como afirmam as autoras, a formação política é fundamental no processo para a transformação e mudança. Assim, consideramos os fóruns úteis, porém, não devem ser vistos como o único meio de integrar as escolas do campo. Precisamos de mais ações e providências no sentido de solucionar problemas e capacitar os professores, visando uma educação de qualidade para o povo do campo, seja em acampamentos ou em assentamentos.

É importante destacar que, até meados de 2010, a Secretaria de Educação de Alagoas realizava, junto à Gerência de Educação do Campo (GEDUC) e em parceria com movimentos rurais, cursos de formação continuada para professores da escola itinerante, capacitando o(a) professor(a) para o trabalho direcionado à realidade do campo.

Segundo o site da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas (2008), esses cursos aconteciam sempre no Centro de Formação (CENFOR/CEPA), no horário das 9h às 17h, durante três dias, a cada três meses, dentro de cada ano. Os temas abordavam sempre o contexto da educação no campo, as experiências dos movimentos com a educação e o conceito de letramento, bem como o processo de avaliação e o acompanhamento pedagógico nas áreas de conhecimento escolar. Esse também era um espaço e uma forma de se trocar experiências entre os movimentos presentes. Dessa forma, os espaços de formação continuada se constituíam num lugar de se refletir, de forma direta ou indireta, sobre a práxis educativa, ou seja, no ato de se educar e educar o outro, compartilhar o saber docente e de cada comunidade, trocando experiências, anseios e desejos.

Em relação à escolha dos professores para atuarem nas escolas itinerantes, é importante ressaltar que é realizada por cada movimento ou pastoral social. Os critérios que devem ser respeitados pelos selecionadores é a formação: o professor deve ter formação no Magistério (hoje denominado de Curso Normal), está cursando uma graduação em licenciatura ou já possuir curso superior, ou seja, ter passado por alguma formação pedagógica. Outro critério é o professor conhecer sobre o movimento e as pessoas com quem irá atuar, ou seja, geralmente os profissionais devem ter alguma relação direta ou indireta com o acampamento, de preferência que seja uma relação direta, seja acampado ou assentado, ou tenha parentes nessas situações, para que não haja qualquer tipo de discriminação para com os educandos e o meio em geral em que a escola está situada.

## **ESCOLA ITINERANTE OBSERVADA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO**

A escola pesquisada funciona desde o dia 29 de abril de 2013, ou seja, é uma escola recente. Um dos motivos para não ter iniciado no período certo (mês de fevereiro), como as escolas “normais” de nosso estado, é que ela está situada em um acampamento novo onde, até o ano de 2012, ainda não tinha sido aprovado o convênio educacional que liberava a montagem da escola nesse acampamento.

Isso porque, quando o acampamento é novo, para que seja formada uma escola itinerante em sua sede, é preciso elaborar um convênio de apresentação da



necessidade do local com dados de quantos alunos, turnos e quantos professores serão necessários para o seu funcionamento. Assim, só depois da aprovação, é que se tem a liberação para montar as devidas escolas e suas turmas.

A escola que serviu como nosso campo de estágio possui uma estrutura extremamente simples e está localizada no município de Messias. Ela conta apenas com uma sala de aula de 4m x 4m, onde funciona uma turma multisseriada (do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I). O chão é no barro natural, o famoso piso batido, na linguagem do povo do campo, o que acaba levantando muita poeira. Já as paredes são de madeira e cobertas de lona, enquanto o teto é coberto com telhas de fibrocimento onduladas. As cadeiras estão em boas condições de uso, assim como o quadro branco, indício de que a escola é nova e que os sujeitos educacionais se preocupam com sua conservação.

Apesar de ser uma escola “nova” (recém-inaugurada), os materiais utilizados na “construção” da escola já foram usados em outras escolas itinerantes. Essas escolas, ao se tornarem municipalizadas, receberam materiais novos e, assim, cederam os materiais usados, repassando-os para outras escolas itinerantes que abriram as portas durante esse processo. Normalmente, é assim que se estrutura uma escola itinerante, com materiais reciclados ou reutilizados.

A foto a seguir mostra a estrutura simples da escola itinerante na qual realizamos a pesquisa de campo. Por meio dela, é possível perceber que sua cobertura é de telhas de fibrocimento onduladas e palha de canavial e que as madeiras, que servem como esteios, fazem a sustentação da cobertura. Ainda é possível ver a bandeira da organização social responsável por essa escola e a pequena muralha feita de pedaços de madeira que ficam no lugar das paredes, que é o que determina a área escolar, assim como a “segurança” dos alunos e professores, seja durante o dia ou noite.

### **Foto da escola pesquisada**





Fonte: Fotografada por Edcleide da Rocha Silva.

Existe um espaço que seria a cantina da escola, porém não tem fogão, panelas, pratos, talheres e a merenda só chegou no dia 10/06/2013. Assim, desde o início das aulas (fim do mês de abril), a escola funcionava sem merenda, que estava sendo esperada ansiosamente pelos alunos e professores. Enquanto isso, os professores estavam levando biscoitos para os alunos, comprados com os seus próprios recursos financeiros, isso para que os alunos sentissem um pouco de estímulo ao está na escola, já que são quatro horas e vinte minutos dentro da sala de aula ou ambiente escolar realizando atividades.

No local, não havia banheiro (até o momento desta pesquisa em 22/06/2013). Assim, quando os alunos desejavam fazer algum tipo de necessidade fisiológica, era preciso se retirar do espaço escolar e ir ao mato (canavial) literalmente. Dessa forma, os pais dos alunos do ensino fundamental 1 e alunos do EJA fizeram um mutirão para a construção de um banheiro.

Assim como o banheiro foi construído através de mutirão, toda a estrutura da escola também foi feita dessa forma, ou seja, a partir de um ato de solidariedade, generosidade e união entre os moradores do acampamento. Entretanto, também podemos compreender essa atitude dos moradores assentados como um ato de resistência e um ato humano: se recusar a agir como animais em pleno século XXI.

Como o espaço da escola é de uso de todos da comunidade assentada, eles também utilizam a escola para a realização de assembleias e reuniões.

De acordo a LDB, todo cidadão tem direito à educação de qualidade. Assim, indagamos: de quem é a responsabilidade pela construção e manutenção das escolas itinerantes?

Essas ações deveriam ter sido realizadas pelas organizações políticas do estado e não pelo povo. No entanto, sabemos que o estado de Alagoas não tem investido suficientemente e adequadamente em suas escolas de base e tampouco investe nas escolas itinerantes, que visam atender àqueles que necessitam de educação e respeito. Os poderosos só estão preocupados com os desempenhos canavieiros.

Apesar da longa história de luta dos MSC radicados em Alagoas, permanecem as mesmas desgraças: políticas agrícolas excludentes, negação dos direitos e liberdades políticas, repressão, fome, desemprego, migração do campo para a cidade. A democracia nas relações sociais mantém-se no seu limite formal: se “oferece” ao povo o “direito” do voto, se “concede” a posse da terra (no caso das famílias assentadas), por exemplo, como oportunidades desses sujeitos serem denominados “cidadãos”. Mas os mesmos permanecem à margem das condições mínimas de existência, revelando os limites da democracia e cidadania burguesas (CÊA; SILVA; SILVA, 2011, p. 6-7).

Com relação aos livros didáticos, a escola ainda aguarda a chegada desses materiais. Por enquanto, são utilizados livros usados, doados pela professora. São livros de contos, fábulas e literatura para estimular a leitura dos alunos, já que a turma é multisseriada, formada por alunos do 1º ao 5º anos e de diferentes idades. Porém, a grande maioria apresenta dificuldade semelhante, pois os alunos ainda não estão completamente alfabetizados.

É utilizada como método de ensino a metodologia dinâmica usada por Paulo Freire, que nasceu em Recife-PE, no dia 19 de setembro de 1921, e veio a falecer em 02 de maio de 1997, em São Paulo. Nessa metodologia, o uso de imagem é de total importância para a apreensão do conhecimento pelas crianças.

Assim, a responsável pela turma (a professora) realiza atividades contextualizadas, fazendo a leitura em conjunto com a turma e depois de forma individual. Também coloca sempre em prática o que foi aprendido nas antigas formações das quais participou no início das escolas itinerantes, uma delas é que se

deve ouvir os alunos, pois, sem eles, não há turmas, não há processo de ensino-aprendizagem.

Em relação aos alunos, é importante frisar que na escola itinerante objeto deste estudo estão matriculados doze (12) alunos, sendo que o aluno mais novo da turma tem seis anos e o mais velho tem doze anos. Porém, existem mais três alunos de quatro (4) anos que acompanham as aulas normalmente como ouvintes, pois a educação infantil não é oferecida para as crianças em assentamentos, só para os alunados do 1º ao 5º ano e EJA.

O horário da entrada dos alunos no período vespertino é sempre de 13h00min às 17h20min, mas a sala de aula está aberta a partir das 12h30min. Assim, os alunos que vão chegando não precisam esperar dá 13h00min para entrar na sala; eles podem entrar e se acomodar, aguardando o início junto aos demais.

O intervalo sempre ocorre das 15h00min às 15h20min. Este é o momento em que as crianças realmente se destacam fazendo aquilo que gostam de fazer. Isso ocorre em um espaço que há na frente da escola. Primeiro, se há lanche, eles realizam sua alimentação; se não há, dividem o lanche que trouxeram de casa (ou que a professora trouxe), fazendo uma troca ou partilhando com quem não trouxe. Depois, começam as brincadeiras que geralmente são: polícia e ladrão, pega-pega e luta de MMA. Em relação a esta brincadeira, a professora sempre os repreende aos observá-los brincando e tenta explicar que eles podem se machucar ou machucar o colega. Quando continuam, ela os retira do intervalo e os coloca de volta à sala, fazendo-os pedirem desculpas e colocando-os geralmente para ler uma fábula que ao final trazem uma moral de respeito.

Esse comportamento de violência nas brincadeiras pode estar relacionado a diversos fatores. Um deles é que a escola de doze (12) alunos matriculados (quinze com os três que frequentam as aulas como ouvintes), só tem duas meninas e os demais são do sexo masculino. Outro fator pode ser a falta de controle dos responsáveis na programação de TV dos filhos ou a falta de tempo para educá-los, já que a grande parte deles está no roçado, deixando os filhos no acampamento, onde, geralmente, o filho maior toma conta do menor. Essas crianças e adolescentes ficam também responsáveis pela casa e pela comida, ou seja, a

realização das tarefas domésticas de suas casas é de responsabilidade deles enquanto os pais trabalham.

Essas crianças e jovens, algumas vezes, presenciam brigas dos pais ou dos vizinhos. São crianças que crescem com a responsabilidade de um adulto. Dessa forma, podemos dizer que nem todo adulto enfrenta o que algumas dessas crianças e jovens passam.

Muitas vezes os alunos da turma do horário vespertino participam das mobilizações e a escola vai junto, seja para as praças, ruas ou outro lugar. O que ocorre é que como moram em um acampamento, sempre existem os momentos das mobilizações ou marchas, nas quais os seus moradores vão às ruas cobrar melhorias dos órgãos estaduais responsáveis. Os adultos acabam levando seus filhos, e os professores também são convidados a participar dos eventos, fazendo da ação de mobilização um ato educativo.

Como exemplo, relatamos uma mobilização que ocorreu em novembro de 2012 (Gazeta Web, 22/11/2012). Nela, pais, alunos e professores reivindicavam os pagamentos dos salários dos professores que iniciaram o ano letivo e até o mês de outubro ainda não tinham sido pagos.

As educadoras, juntamente com o movimento, levaram a sala de aula para a frente da Secretaria da Educação, onde aplicaram as atividades. Elas levaram quadro e outros materiais necessários para a aplicação das atividades, além de alimentos para os alunos.

Em relação aos alunos do turno noturno, eles são comportados e participativos, sem o famoso comportamento imperativo encontrado nas crianças. Eles sempre entram na sala de forma gradativa e controlada, dependendo de seus horários de chegada. São extremamente atentos e curiosos. O horário da aula ocorre das 18h00min às 20h30min. O intervalo noturno é de apenas 5 a 10 minutos, só para os alunos conversarem um pouco e fumarem, pois a maioria está presa a esse vício.

De acordo com as informações prestadas pelo professor do turno noturno, os alunos gostam muito de matemática e fazem cálculos mentais muito rápidos. Utilizam-se de uma linguagem própria do campo e fazem correlação com a linguagem de sala, como também discutem temáticas e abordam o professor

quando há dúvidas. A maioria dos alunos é analfabeta de letramento, ou seja, não sabem ler, não conhecem as letras. Apesar disso, eles demonstram um grande conhecimento de vida e de experiências práticas do campo e do mundo.

A escola funciona com sua diretoria e secretaria na escola polo, localizada na cidade de Messias/AL, que é a responsável pela documentação da escola itinerante em estudo.

No entanto, é importante ressaltar que grande parte dessa documentação é preenchida e realizada pelo(a) próprio(a) professor(a), que além de assumir a função de docente, também é o(a) merendeiro(a), o(a) faxineiro(a), o(a) diretor(a) do local, entre outras funções.

A coordenadora pedagógica itinerante é responsável pelos três turnos de funcionamento de todas as escolas itinerantes do movimento pesquisado.

A escola itinerante pesquisada conta com dois funcionários, que realizam as atividades de educadores/professores e também são os responsáveis pela merenda, limpeza e organização da escola, como já afirmamos anteriormente.

Além desses funcionários, existem mais quatro professores da educação itinerante da pastoral na qual a escola itinerante em questão é vinculada. Eles desempenham funções semelhantes em outras escolas, sendo que todos são funcionários terceirizados, prestam serviços ao estado, já que são pagos através de um convênio feito entre as Pastorais e os Movimentos Sociais, que recebem o repasse do governo e repassam para seus funcionários. Isso ocorre porque o modelo educacional (escola itinerante) tem como forma de pagamento apenas os salários dos professores e coordenadores pedagógicos, os quais respondem pelas papeladas que ficam na escola polo e fazem a relação ou intermediação com as itinerantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa de Estágio Supervisionado em Filosofia 1 da UFAL deveria ter sido realizada em uma escola do ensino médio. Mas, a professora responsável pela disciplina, ao saber da nossa experiência docente em uma escola itinerante, permitiu que o processo de reflexão sobre a teoria e a prática educativa se estendesse a

esse tipo de escola ainda pouco conhecida no nosso estado, com o objetivo de ampliar o olhar sobre a educação, compartilhando com os companheiros de sala de aula da UFAL o quanto que a educação em Alagoas é complexa, para além daquilo que vemos no dia a dia das escolas estaduais.

A partir da experiência vivenciada, podemos afirmar que as escolas itinerantes funcionam com a cara e a coragem dos educadores, educandos e comunidade, deixando visível a falta de cuidados dos poderes públicos em relação à constituição de uma escola de qualidade para as comunidades do campo.

São muitas as dificuldades enfrentadas, dentre elas o fato de os funcionários não receberem formações adequadas das escolas polos nem dos órgãos responsáveis pelo atendimento das escolas do campo, com conteúdos adequados às necessidades dos alunos dessa modalidade de ensino.

Além de não oferecer e realizar formações continuadas, também não visitam as escolas (pelo menos uma visita semestral), com o intuito de observar e conhecer as suas realidades.

É óbvio que cada professor é capaz de desenvolver seus planejamentos e elaborar seus projetos de acordo com as necessidades de suas turmas. Porém, é fundamental a formação continuada dos professores, objetivando a sua capacitação profissional, principalmente em relação às especificidades da escola itinerante que está sempre em mudança.

A presente pesquisa também nos mostrou que a qualidade de ensino e de estrutura física educacional também são problemas gritantes vividos pelas escolas itinerantes, que sobrevivem com os “restos” oferecidos pelo estado.

Nesse contexto caótico, não pode haver cobranças por parte do estado, pois não existe formação adequada e de qualidade para quem atua na área, não há condições adequadas de trabalho, e os professores passam meses sem receber os salários.

Nesse sentido, queremos com este trabalho não só denunciar essa realidade educacional precária, mas também proporcionar o debate e a busca de soluções coletivas para os problemas detectados. Queremos colaborar com a discussão sobre a educação de qualidade no nosso estado, especificamente no que se refere à educação das escolas itinerantes e incentivar, mostrando os diversos



problemas e a necessidade do desenvolvimento da educação do campo, que é um direito do povo camponês, como afirma a epígrafe deste artigo.

**ABSTRACT:** The goal of this research is to describe and analyze the operating structures of a itinerant school in the state of Alagoas, its needs and survival tactics in the state's education. Also aims to show and report a differentiated educational framework of formal education in areas of very simplicity and precariousness. It is important to mention that this study was developed in the discipline of Supervised Internship in Philosophy 1 in the Federal University of Alagoas, which aims, among other things, enhance the educational experience of the student, extending its perception of the teaching-learning in a reflective way. Thus, we intend to report the experience of a teacher, whom is the main author of this article, in an itinerant school in the state of Alagoas. We will see that this state has adopted the model of itinerant school since 2007, but did not invest in the program so it could have a good progress. Therefore, its survival is too precarious nowadays.

**KEYWORDS:** Itinerant School. Education in Alagoas. Experience Report.

## REFERÊNCIAS

ANGÉLICA, Helciane. **Escola Itinerante: CPT é exemplo em Alagoas** (04/05/2009). Disponível em: << <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2009/05/escola-itinerante-cpt-e-exemplo-em.html>>>. Acesso em 06/06/2013.

AZEVEDO, Elisa. Professores de acampamentos cobram salários. In: **Gazeta Web**, Edição de: 22/11/2012. Disponível em: <<<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=213059>>>. Acessado em: 15/11/2013.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9.394/1996. Brasília: 1996. Disponível em: << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) >>. Acessado em Outubro de 2013.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos; SILVA, Camila Ferreira da; SILVA, Edilma José da. Educação do Campo em Alagoas: Problematizando a Escassa Pesquisa e Mapeando Experiências. In: **Anais do V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"**. Aracaju/SE, 2011. Disponível em: << <http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/cdcoloquio/cdroom/eixo%202/PDF/Microsoft%20Word%20-%20EDUCA%C7%C3O%20DO%20CAMPO%20EM%20ALAGOAS-%20PROBLEMATIZANDO%20A%20ESCASSA%20PESQUISA%20E%20MAPEANDO%20EXPERI%C7%92NCIAS.pdf>>>. Acessado em 13-11-2013.



LESSA, Golbery. **A questão Agrária em Alagoas** (20/08/2011). Disponível em: <<  
<http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/08/artigo-questao-agraria-em-alagoas.html>  
>>. Acessado em: Julho de 2013.

MELO, Elizabete Amorim de Almeida. **Plano de Estágio Supervisionado em Filosofia 1**. Maceió: UFAL, 2013. Mimeo.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro. **Estágio e Docência**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Docência em Formação. Série Saberes Pedagógicos).

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Professores da Escola Itinerante participam de formação continuada**. Disponível em: <<  
<http://www.educacao.al.gov.br/comunicacao/sala-de-imprensa/noticias/2008/10/professores-da-escola-itinerante-participam-de-formacao-continuada/?searchterm=>>>. Acesso em 06/06/2013.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. **Escola Itinerante**. Disponível em: <<  
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=565>>>. Acessado em: 06/06/2013.

SILVA, Adelson Gomes da. **Escola Itinerante: Uma Experiência de Educação do Campo em Construção** (s/d). Disponível em: <<  
[www.grupos.com.br/group/fepec/Messages.html?action...2...>>](http://www.grupos.com.br/group/fepec/Messages.html?action...2...>>). Acessado em 13-11-2013.